



Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

O CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: ESTUDO DE CASO NO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

THE UPPER MARGINAL CIRCUIT IN FOOD PRODUCTION:
A CASE STUDY IN THE WEST OF THE SÃO PAULO STATE, BRAZIL

EL CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL EN LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS: UN ESTUDIO DE CASO EN EL OESTE DE LA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, BRASIL

Danton Leonel de Camargo Bini¹

0000-0002-6526-0319

danton.camargo@sp.gov.br

¹ Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP), com estágio Pós-Doutorado em Sociología Rural no Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR), na Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Pesquisador Científico no Instituto de Economía Agrícola (IEA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6526-0319>. E-mail: danton.camargo@sp.gov.br.

Artigo recebido em maio de 2025 e aceito para publicação em junho de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Captar o movimento no território exige rigor teórico e metodológico. Para apreender as dinâmicas dos diferentes fluxos na conformação do espaço geográfico, Milton Santos nos apresentou ferramentas que permitem aos geógrafos econômicos realizarem análises sistematizadoras da realidade estudada. Para esse estudo, busca-se apresentar uma leitura da complexidade das atividades agropecuárias a partir da teoria dos circuitos da economia, com ênfase na conformação de um circuito superior marginal na produção de alimentos, a partir de estudo de caso no oeste do estado de São Paulo em meados da segunda década do século XXI.

Palavras-chave: Geografia Econômica. Circuitos espaciais. Produção agropecuária.

ABSTRACT: Capturing movement in a territory requires theoretical and methodological rigor. In order to understand the dynamics of the different flows in the formation of geographic space, Milton Santos presented us with tools that allow economic geographers to perform systematic analyses of the reality studied. This study seeks to present an interpretation of the complexity of agricultural activities based on the theory of economic circuits, with an emphasis on the formation of a superior marginal circuit in food production, based on a case study in the west of the São Paulo State in the middle of the second decade of the 21st century.

Keywords: Economic Geography. Spatial circuits. Agricultural production.

RESUMEN: Capturar el movimiento en un territorio requiere rigor teórico y metodológico. Para comprender la dinámica de los diferentes flujos en la formación del espacio geográfico, Milton Santos nos presentó herramientas que permiten a los geógrafos económicos realizar análisis sistemáticos de la realidad estudiada. Este estudio busca presentar una interpretación de la complejidad de las actividades agrícolas basada en la teoría de los circuitos económicos, con énfasis en la formación de un circuito marginal superior en la producción de alimentos, a partir de un estudio de caso en el oeste del estado de São Paulo a mediados de la segunda década del siglo XXI.

Palabras clave: Geografía económica. Circuitos espaciales. Producción agrícola.

INTRODUÇÃO

Tendo como exemplo as formas de ocupação dos espaços agrícolas na contemporaneidade, cada vez mais se direciona a produção agropecuária pelas lógicas tanto das *commodities* quanto das culturas padronizadas à exportação², que são manifestações “[...] da unicidade técnica planetária (Santos, M., 1994), da mundialização das normas e da internacionalização dos mercados” (Castillo; Frederico, 2010, p. 469). Ou seja, são as influências das decisões realizadas pelo mercado global e suas amarras financeiras, - legitimadas pelas políticas públicas estatais (como a política de preços mínimos, por exemplo)- quem encaminham as cotações, os preços recebidos e as rentabilidades obtidas pela agropecuária nas diferentes regiões produtivas, determinando em muito a composição predominante de seus espaços agrícolas e sua mudança.

Essas conexões em *redes globais* gerenciam, preferencialmente, via *solidariedades organizacionais*³, as instalações das modernas inovações nos espaços geográficos regionais. São atividades que constituídas

de um conjunto de variáveis, caracterizam-se como circuitos dominantes (superiores) da economia: capital intensivo (com alto índice de mecanização e informatização), alto nível de organização burocrática, investimentos de grandes volumes de capitais (nacional e internacional), mão de obra formal e predominantemente capacitada, formação de estoques em alta escala, amplo acesso ao crédito institucional e dependência direta dos mercados globais (Santos, M., 1979, 2002b). Dessa forma,

As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em rationalidades de origens distantes, que se tornam um dos fundamentos de sua existência e definição (Santos, M., 1996, 2002, p. 285).

Demonstrando a *multiterritorialidade* vigente na realidade socioespacial, essas manifestações modernas em *rede coexistem* no espaço contíguo regional (num resultado fruto da mesma modernidade tecnológica) com rationalidades autóctones constituídas - via *solidariedades orgânicas*⁴ - por um conjunto de variáveis menos modernas caracterizadoras de circuitos subalternos da economia (que da mesma forma são fundamentos de sua existência e definição)⁵: trabalho intensivo, organização primitiva, mão de obra prioritariamente pouco capacitada, reduzidos estoques e maior dependência do mercado circunvizinho. No entendimento de que a produção moderna nas regiões está a serviço prioritário de uma mais-valia e de um consumo globalizados (as elites regionais neste processo atuam como agentes rentistas, ficando com uma fatia menor da riqueza gerada em suas possessões) (Paulino, 2006), comprehende-se a existência de uma parcela de agentes subalternos (Marques, 2004) que demandam internamente à região e na sua hinterlândia contígua de produtos de primeiras necessidades (como os alimentares) que acabam sendo produzidos em *circuitos espaciais* pouco ou não modernos (Maluf, 2004). Sendo assim, no direcionamento do estudo das *situações socioeconômico-espaciais* das regiões do *Brasil Agrícola* se recomenda o atendimento desta diversidade básica dos *eventos* no espaço geográfico⁶. Ou seja, na compreensão dos *circuitos espaciais* agropecuários - além da lógica economicista do conceito de cadeias produtivas formatadora de *redes* com ramificações globalizantes - necessita-se abranger tanto os sistemas modernos de padrão mundializado direcionados pelas lógicas das *commodities* e das culturas de exportação (que abastecem o mercado regional, nacional e internacional)⁷, quanto seus reflexos manifestados por atividades subalternas que subsistem fruto das demandas de consumo regionais insatisfeitas pela oferta dos mesmos circuitos modernos.

Como nos Mil Platôs, de Deleuze e Guatarri (1980, 1995), “[...] a demarcação não depende aqui de análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjunto de intensidades” (Deleuze; Guatarri, 1980, 1995, p. 24), num universo de *ramificações rizomáticas*⁸. Destarte, o movimento de conformação das regiões deve ser compreendido não somente como o resultado da *fragmentação* intencional promovida pela ação *vertical* do grande capital (Contel, 2006) e pelo consentimento das instâncias públicas superiores. Há de se atentar para as diferentes velocidades criadoras de rearranjos de diversas hierarquias que se impõem ao território, aumentando a *compartimentação* de seu uso (Silveira, 2009)⁹.

No entendimento de que a economia agrícola converge sua atuação para as atividades atacadistas, varejistas e agroindustriais localizadas nos centros urbanos, os *circuitos espaciais* agropecuários, através de suas ramificações modernas e não modernas, direcionam seus resultados (sejam eles na forma de mercadorias físicas ou de demandas de ordens e serviços) tanto para o circuito dominante

(superior) e dominante complementar (superior marginal), como para o circuito subalterno (inferior) da economia urbana.

Concorda-se assim com Couto (2006) ao afirmar que:

Dante disso, a noção de *circuitos espaciais*, proposta por Milton Santos na análise urbana do território, também pode ser verificada nas atividades que permeiam a modernização ocorrida nas áreas rurais. Tais atividades envolvem o circuito superior e inferior que se interagem recriando múltiplas formas de usos do tempo e do espaço (Couto, 2006, p. 61)¹⁰.

A teoria dos circuitos da economia afirma que existem nos países subdesenvolvidos dois circuitos responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço. Cada circuito é definido por um conjunto de atividades e pelo setor da população que está associado a esse, seja para os negócios ou para o consumo.

De tal modo, o circuito dominante (superior) se refere aos setores bancário, comercial, industrial e agroindustrial modernos; enquanto o circuito subalterno (inferior) consiste em atividades intensivas em mão de obra (não em capital) e por serviços e comércios pouco ou nada modernos (em pequenas dimensões) (Santos, M., 1979, 2002b). Nesse sentido, os circuitos da economia são subsistemas que possuem relações de hierarquia e complementaridade, pois nas cidades e no campo não só existem mercados modernos (Di Nucci, 2011).

Até mesmo as atuações modernas das economias urbana e agrícola (que atuam em estreita interação de complementaridade, seja na troca de insumos – matérias-primas, mão de obra e mercadorias em geral – seja no direcionamento de comandos) não se apresentam homogeneamente. Disso a compreensão da existência de um circuito dominante (superior) e um circuito dominante complementar (superior marginal) nas atividades econômicas de fabricação nas diferentes regiões dos países subdesenvolvidos. Daí que em setores agroindustriais do *Brasil Agrícola*, em paralelo às estruturas oligopolistas de empresas inteiramente modernas do circuito dominante (usuárias de inovações em todos os ramos do processo de produção), existem fatias emergentes de indústrias de porte médio (não homogêneo) de diferentes níveis de técnica, de capital e de organização constituidoras de espacialidades do circuito dominante complementar. Exemplificam-se para o setor rural os casos das produções agrícolas e agroindustriais direcionadas ao mercado interno (fora dos padrões das *commodities* e das culturas *modelo exportação*), possuidoras de escalas de distribuição na maioria das vezes com abrangência suprarregional (em espaços de mercados menos atraentes ao grande capital do setor moderno nacional e internacional).

Pensando nesse *Brasil Agrícola*, a extensão no território do *meio técnico-científico-informacional* capacitou a centralização de dinâmicas econômicas industriais e agroindustriais e de gerenciamentos técnico-burocráticos em cidades intermediárias no interior do país. No estado de São Paulo, a partir da década de 1970, investimentos públicos e privados provocaram um acentuado processo de modernização além da Região Metropolitana. O interior próximo à capital, como uma extensão dela recebeu com maior densidade as inovações características do período. O “distante” oeste paulista, no final dessa mesma década, de forma seletiva em alguns pontos de sua espacialidade recebeu incrementos modernizadores principalmente nos projetos agroindustriais do *círculo espacial canavieiro*. O município de Araçatuba (cidade intermediária do estudo de caso dessa pesquisa), enquanto polo regional de porte médio, reafirmando a centralidade que já manifestava em seu entorno socioespacial, apresenta sua área urbana como importante vínculo entre a produção agropecuária de

sua hinterlândia e o consumo dessa produção, seja ele globalizado (no caso das *commodities* e das culturas padronizadas à exportação), seja ele para o abastecimento da própria economia regional, de suas contiguidades ou longínquo¹¹.

Nesse *Brasil Agrícola*, as amarras predominantes existem e sempre existiram para a produção especializada de *circuitos espaciais* de padrões globalizados. Para Araçatuba, nos dias atuais, cana-de-açúcar e pecuária bovina de corte são as atividades que, sob o comando técnico da elite latifundiária, ocupam hegemonicamente as terras da região. São esses *circuitos espaciais* de produção que capacitam, através das divisas e dos créditos oficiais obtidos, as aquisições das variáveis mais modernas do período, tanto internamente aos setores agroindustriais quanto ao restante da economia regional.

Contudo, as benesses desse processo de modernização se concentraram cada vez mais nas mãos de um pequeno grupo da sociedade. Com a revolução técnico-científica anexada à produção no campo, reduziu-se a demanda por mão de obra rural permanente e, por conseguinte impulsionou-se a urbanização, expandindo a demanda por produtos alimentares antes obtidos pelo autoabastecimento. Ora, como essa modernização da ocupação ocorre regionalmente através da especialização produtiva seletiva em alguns poucos produtos, a produção de uma cesta de alimentos básicos no entorno destas localidades (cultivada e comercializada parcialmente nos circuitos dominante complementar e subalterno da economia regional) não satisfaz totalmente a demanda da população de suas cidades. Ou seja, através da fluidez do movimento obtida pelo integrado sistema de engenharia dos transportes rodoviário estruturado na segunda metade do século XX, passa-se a depender cada vez mais de produções (em grandes escala) localizadas em outras regiões especializadas no cultivo destas culturas alimentares.

Tudo isso têm acentuado as complementaridades regionais num dispersar espacial da produção, circulação, distribuição e consumo agropecuários. São movimentos que entremeados em longos e poluentes *circuitos espaciais* esquizofrênicos (Deleuze; Guatarri, 1980, 1995) agregam altas margens de comercializações no atacado e no varejo (Pinatti; Bini, 2011) que em muitas *situações* encarecem o produto final e geram bastante desperdício de alimentos nesse processo. Chega-se numa realidade em que mesmo com o controle inflacionário da produção em relação à massa salarial vigente na economia, parcelas da população, vivendo em *situações* de pobreza e miséria, não consomem o mínimo recomendado de alimentos para uma vida saudável (Ricardo; Claro, 2012).

São pessoas nessas *situações* que conformam a maioria daqueles que se colocam à disposição de entrar embaixo de uma lona e participar dos movimentos reivindicatórios pela reforma da estrutura fundiária em suas regiões (Goldfarb, 2007). São linhas de fuga construídas por camadas da população que veem na reterritorialização obtida com o assentamento rural a saída mais digna para continuar a busca por uma vida mais justa. Abrem-se daí ramificações múltiplas (*rizomáticas*) (Deleuze; Guatarri, 1980, 1995) às produções alimentares que são direcionadas desde ao autoconsumo até à venda direta no circuito subalterno da economia. Na resistência à perversidade das monoculturas demandadas por desejos de consumo forâneos, criam-se agenciamentos coletivos que almejam a refuncionalização do uso do território num devir constituído por circuitos curtos, donde se predomine a multiplicidade de produções regionais.

CONFORMAÇÃO DE UM CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Característica do abastecimento de alimentos *in natura* nas regiões é a maioria do consumidor ter origem distante. Resultado da divisão territorial da produção das diferentes culturas alimentares no espaço geográfico e do acúmulo de conhecimento técnico-organizacional dos produtores nas regiões agropecuárias, cada alimento possui um circuito originário predominante dado à especialização produtiva dos territórios no mercado capitalista¹².

Para María Laura Silveira (2011),

Tal agregação tem efeitos econômicos importantes. Em primeiro lugar, a acumulação de atividades semelhantes ou complementares numa área cria uma espécie de efeito de massa, uma nova economia de escala que acaba por reduzir os custos globais e individuais. Em segundo lugar, a proximidade entre tais atividades produz um efeito de vizinhança que implica facilitar a difusão de informações gerais e específicas não apenas ligadas aos processos, mas interessando também ao próprio funcionamento do mercado, o que representa vantagem comparativa. Esses dois primeiros conjuntos de vantagens criam outros, relacionados à possibilidade de implantação, sustentação e desenvolvimento de serviços especializados locais (Silveira, 2011, p. 7).

A constituição dessas *situações* condiciona muitos produtores e regiões a se especializarem em mais de uma cultura agropecuária quando estas são temporárias e o calendário agrícola não é conflitante¹³.

São economias de escopo que equilibram os orçamentos quando uma das atividades apresenta baixa rentabilidade. É o aproveitamento racionalizado do *território usado* que ao combinar condições naturais, conhecimento técnico e economias de escala garantem custos de produção vantajosos e preços competitivos destas produções regionais em mercados consumidores longínquos. Chega-se ao ponto no qual o encarecimento sofrido via margens de circulação, distribuição e comercialização no atacado e no varejo de muitos alimentos cultivados em regiões de especialização territorial produtiva não afetar seus valores comparativos ao consumidor final. Ou seja, esses produtos atingem as diferentes regiões de consumo a preços mais baratos que os praticados pelos produtores locais desses alimentos.

Relativamente capitalizados para o custeio dessas culturas, fazendo uso de um arcabouço técnico moderno em algumas etapas do processo de produção agropecuária e agroindustrial (como maquinários, implementos e insumos¹⁴) e minimamente organizados em associações e cooperativas¹⁵, muitos dos *circuitos espaciais* de produção de alimentos para o mercado interno constituem espacialidades daquilo definido como circuito dominante complementar (superior marginal) da economia. Ao serem culturas agropecuárias pouco atraentes ao grande capital nacional e internacional, essas atividades são conformadas por demandas incapazes de engendrar *circuitos espaciais* completamente modernos.

O circuito superior marginal pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente. Nas cidades intermediárias é o caráter emergente que domina (Santos, M., 1996b, 2008, p. 103).

Dito isso, entende-se que a maioria dos alimentos de primeiras necessidades direcionados ao mercado interno das regiões brasileiras configura predominantemente espacialidades características do que se define como circuito dominante complementar (superior marginal) da produção. No elo agropecuário, essas produções são realizadas prioritariamente por agricultores tradicionais, em pequenas e médias propriedades (em muitos casos arrendadas), gestadas pela família empreendedora da atividade produtiva e que quase sempre faz uso de mão de obra subcontratada (tanto para o plantio como para a colheita).

Constituídos por culturas predominantemente temporárias, esses circuitos se caracterizam pela pequena fixação de capital constante ao *território usado*. Nos casos de produtores arrendatários, dificilmente se ocupa uma mesma área por duas safras de ciclos curtos seguidos¹⁶. Quando os produtores são proprietários, também evitam a repetição de culturas temporárias no mesmo terreno para se esquivarem da possibilidade de acometimento por doenças causadas, por exemplo, por nematoides.

De sazonalidades curtas, essas culturas, em poucos casos, fazem uso de plantadeiras e colheitadeiras. Com o auxílio do trator anexo a implementos principalmente nos cultivos, utilizam na maioria das *situações* mão de obra subcontratada na forma de empreitadas e diárias. Muitos desses trabalhadores, ao serem os mesmos excluídos do corte manual da cana-de-açúcar com a mecanização, tiveram suas vidas bastante dificultadas, num movimento aonde a criação de novos empregos conduziu ao aumento do subemprego¹⁷. Como forasteiros, peregrinam de cultura em cultura, entre plantio e colheita, na busca de suas subsistências¹⁸ (Figura 1).



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 1. Trabalhador no plantio de batata doce, em Santópolis do Aguapeí/SP, 2013.

Na região de Araçatuba, essa realidade pode ser captada em parte das produções de frutas (como o abacaxi, a banana, a goiaba, a manga e a melancia) legumes (como a batata doce e o quiabo), na avicultura e na pecuária bovina leiteira e de corte. Aglutinados em associações formais (como a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Mirandópolis) e informais (como os grupos de produtores de quiabo de Piacatu e de batata doce de Braúna, Clementina e Santópolis do Aguapeí), conformam-se agrupamentos

de atores sociais que ao dominarem o sistema técnico-produtivo dessas culturas estão capacitados para produzirem a custos competitivos grandes volumes desses produtos nos padrões exigidos pelo mercado.

Em cooperação com agentes atacadistas que em alguns casos financiam (via adiantamentos) parte dos custos de produção dos agricultores, essas produções do circuito dominante complementar são majoritariamente direcionadas para mercados consumidores longínquos. À vista disso, somente uma pequena fatia desses alimentos se encaminha para o consumo regional. Em alguns casos, como o do quiabo, representando a racionalidade esquizofrênia dos *circuitos espaciais* hegemônicos do atacado e varejo nacional de alimentos, a maioria do volume produzido primeiramente é captada pelo atacado paulistano e posteriormente redirecionada para a comercialização na região produtora¹⁹. Numa realidade em que a renda da terra é subordinada ao capital comercial (Oliveira, 1996), além da expropriação sofrida pelo agricultor via agregação de margens de comercialização no valor final do produto, apresenta-se “[...] o tema do custo ambiental dos circuitos desnecessariamente largos no espaço e no tempo” (Montagut, 2009, p. 151).

Também se enquadram nesse universo de fluxos do circuito dominante complementar da economia na região de Araçatuba algumas outras culturas que são direcionadas para beneficiamento agroindustrial. São exemplos dessa *situação* o tomate rasteiro que é transformado em molho, o amendoim que dá origem a variados doces (principalmente, paçocas e pé-de-moleque), o leite cru que é pasteurizado e diversas frutas que são beneficiadas em forma de polpas para sucos e doces. Num formato de caráter emergente, o circuito dominante complementar da produção desses alimentos beneficiados é manifestado através de configurações em que o beneficiamento e a etapa agropecuária se realizam majoritariamente em níveis medianos de capitalização e tecnificação (com a presença intensiva em etapas do circuito ora de mão de obra, ora de capital – na forma de maquinários). Para essas culturas, os *circuitos espaciais* de produção são formados por dois subsistemas de capital: o primeiro se dá na produção da mercadoria *in natura* pela atividade agropecuária, e o segundo pela atividade de transformação agroindustrial que acontece na maioria das vezes no espaço urbano²⁰. Não muito raro, quando as agroindústrias captadoras dessas produções são de regiões longínquas, o capital comercial representado por corretores surge como mais um elo de extração da renda da terra, na conformação do *círculo espacial* de circulação do produto.

Outra constatação notada nas pesquisas de campo realizadas na região de Araçatuba se refere à existência de *circuitos espaciais* de produção agroindustrial em que as empresas, mesmo ao se caracterizarem por possuir um beneficiamento relativamente moderno, para atingir um nível ótimo de uso de sua capacidade instalada, captam parte da matéria-prima por ela demandada de pequenas produções agropecuárias características do circuito subalterno. O setor de beneficiamento de lácteos, por exemplo, foi o que mais manifestou a presença dessas interações heterogêneas relacionadas à capitalização, tecnificação e estrutura organizacional constitutiva dos *circuitos espaciais* de alimentos.

Com isso, enfatiza-se que uma cultura agropecuária se espacializa no território em diferentes *circuitos espaciais*. São diferentes níveis de produção. Há produções de uma cultura que perpassam etapas totalmente modernas, configurando *circuitos espaciais* de produção pertencentes ao circuito dominante da economia. Como já visto, mesmo ocupando a maioria das áreas agricultáveis, direciona seus resultados majoritários quase sempre para os mercados elitizados das regiões metropolitanas e ao mercado internacional. Outras são impulsionadas por atividades de produção parcialmente modernas, numa espacialização definida enquanto circuito dominante complementar da economia. Já aquelas que funcionam sem nenhum grau de inovação atualizada, conformam-se *circuitos espaciais* de produção entendidos como circuitos subalternos da economia.

FRIGORÍFICOS E ABATEDOUROS DO CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL

De 1971 a 1989, sob a vigência da lei 5.760/71, vigorou no Brasil a federalização da inspeção de matadouros e frigoríficos. Nesse meio tempo, perante as dificuldades na fiscalização de pequenas e médias unidades dispersas no território nacional, iniciou-se uma descentralização gradual (via lei 6.275/75) com o reforço das inspeções estaduais (Santos, J.; Carvalho Jr., 1989).

Transferindo totalmente as responsabilidades de supervisão da maioria da carne consumida no mercado interno para estados e municípios, em 1989, o governo Sarney revogou a lei da federalização e abriu espaço para a criação dos Serviços de Inspeção Estadual (SIE) e Municipal (SIM) para os produtos de origem animal em todo o país (lei 7.889/89) (Santos, J., 1991).

Com essas normativas ficou definido ao governo federal vistoriar somente os frigoríficos e abatedouros de grandes dimensões, especializados numa produção de escalas volumosas e liberados para abastecer prioritariamente o mercado internacional. No caso das unidades de dimensões intermediárias impôs-se a restrição de comercialização nas delimitações dos estados, e suas fiscalizações passaram a cabo dos governantes das unidades da federação. Já os abates em pequenas quantidades para abastecimento das demandas locais foram direcionados para as inspeções municipais.

Fruto dessa diferenciação, numa posição medianeira na escala de abrangência do *círculo espacial agroindustrial* presente no *Brasil Agrícola* - e em específico para este estudo na região oeste do estado de São Paulo (com a centralidade do município de Araçatuba) (representando um circuito dominante complementar da pecuária bovina de corte presente em terras regionais) - estão os frigoríficos e abatedouros certificados pelo Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo (SISP) (Tabela 1). Com um nível de capitalização que lhes permitem seguir minimamente as exigências técnicas da modernidade do setor, essas unidades agroindustriais trabalham com escalas de abate de aproximadamente 100 animais por dia²¹ e disseminam fluxos de abastecimento que contemplam demandas do entorno regional contíguo e das regiões mais populosas estaduais como a capital paulista e sua hinterlândia metropolitana.

Tabela 1. Região de Araçatuba/SP - Frigoríficos abatedouros sob a inspeção estadual (2014).

Frigorífico	Município
Frigoilha	Ilha Solteira
Frigoibi	Pereira Barreto
Brasfrigo	Birigui
Terra do Boi	Auriflama

Fonte: Informações obtidas em entrevista realizada em fevereiro de 2014 na Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, Região de Araçatuba (SP).

No que se refere à captação desses frigoríficos e abatedouros, relatou-se a dificuldade em se atingir e manter escalas de abates estáveis na última década devido à expansão da cana-de-açúcar. Enquanto na virada do milênio (anos 2000 e 2001) adquiria-se a maior parte dos animais no entorno das unidades agroindustriais, atualmente (2014) as áreas de captação expandiram-se na contiguidade regional em algo

entre 150 e 200 quilômetros (atingindo volumes expressivos em pontos longínquos de criação nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Nesses casos, quando a boiada é da região, predominam as negociações feitas diretamente entre os frigoríficos e os pecuaristas (as quais são intermediadas somente pelos fretes de caminhões que recolhem essas boiadas no campo). Quando de origens distantes, a presença de corretores intermediários (os já relatados marreteiros) é quase sempre imprescindível.

Foi-se presenciado também a existência de fluxos significativos de abates feitos por encomenda para alguns poucos grandes açouges e para *redes* de supermercados da região localizados em cidades que não possuem abatedouros municipais: descreveu-se uma geografia onde muitos desses comerciantes, ao serem também pecuaristas, conseguem evitar margens de comercialização de intermediários encurtando o *círculo espacial* da atividade. Nessas *situações*, eles realizam a engorda dos animais, pagam o serviço de abate ao frigorífico e comercializam a carne em seus estabelecimentos. Resultado desse processo, presenciam-se casas de carne e mercados que conseguem apresentar preços bastante competitivos na economia regional²².

Contudo, no que se refere ao abastecimento da carne beneficiada nesses frigoríficos de dimensões medianas (sob a inspeção estadual) localizados na região de Araçatuba, identificou-se que a maioria dos fluxos (os indicativos dados nas pesquisas de campo variaram de 60% a 90%) é direcionada para consumo nas Regiões Metropolitanas paulistas e suas proximidades. Grande São Paulo, Campinas e intermediações no leste do estado (ao não possuírem rebanhos e abatedouros de significâncias à altura da demanda de consumo de suas populações) surgem como os mercados mais atraentes para os frigoríficos com registro no SISP das principais regiões produtoras paulistas. A partir de *círculos de cooperação* conformados junto a empresas atacadistas localizadas nas regiões consumidoras, os médios frigoríficos da Noroeste Paulista escoam suas produções em partes inteiras (bois casados, divididos em dianteiro e traseiro) que são desossadas em cortes para comercialização nos próprios estabelecimentos varejistas.

Ocupa-se assim um espaço importante do mercado interno não atendido pelos grandes frigoríficos modernos do país (que priorizam a exportação), constituindo-se fluxos de produção agroindustrial característicos do circuito dominante complementar.

O CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL NA PRODUÇÃO DE LEITE

Numa *situação* intermediária, onde certas etapas de seu processo produtivo são realizadas utilizando-se de alguns instrumentos técnico-científicos com graus relativos de modernidade, e outras com a presença de ferramentas e instrumentos antiquados, encontra-se um circuito dominante complementar da produção agropecuária do leite. Composto por produtores usuários de resfriadores próprios (os mais comuns visualizados possuíam capacidade para 350 litros), de ordenhas mecânicas com baldes ao pé (Figura 2) e de animais mistos de boa qualidade, (em geral, com sangue 7/8 holândes e ½ girolando), diferencia-se do circuito dominante (superior) por características como a ausência de informatização em seu processo produtivo, a não pureza da genética animal trabalhada (mesmo sendo constituído de plantéis de linhagens superiores), a baixa formalização contratual produtor-indústria e a produção de uma matéria-prima predominantemente não padronizada na origem.



Fonte: Fotografia do autor (2013).

Figura 2. Ordenha mecânica de balde ao pé em animal 7/8 Holândes, Araçatuba.

Dessa forma, sintetiza-se na paisagem o circuito dominante complementar da produção agropecuária de leite através do sincretismo de elementos arcaicos (como o curral de terra batida) com outros possuidores de níveis mínimos de modernidade (ordenhas, animais mistos melhorados, resfriadores individuais na propriedade).

No que se refere aos produtores localizados nessa fatia da atividade leiteira regional, notou-se que a ausência de uma capitalização pujante tem sido recompensada com a organização de associações e cooperativas de produtores estruturadas nos diferentes municípios da região de Araçatuba. Incentivadas por projetos governamentais, como o Programa Balde Cheio (organizado pela EMBRAPA, do governo federal), essas entidades coletivas motivaram a introdução de técnicas modernas de produção na atividade leiteira (como as ordenhas de balde ao pé, por exemplo). Para o estado de São Paulo, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento tem também estimulado o melhoramento do setor com políticas públicas como o CATI Leite (que implementa novas técnicas de manejo) e o Vivaleite (através da distribuição gratuita de leite fluido para a população de baixa renda). Na região de estudo, sem abrangência estrutural, contudo potencializados por financiamentos como os disponibilizados pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), pequenos grupos de produtores de leite reunidos em associativismo apresentaram melhorias de qualidade e produtividade em seus rebanhos fruto da assistência dos programas nacional e estadual supracitados (através de projetos como o de inseminação artificial com material genético melhorado).

Nessas experiências de atuação coletiva, quando da realização das pesquisas de campo, destacavam-se na comercialização de matéria-prima os produtores pertencentes ao circuito dominante complementar coligados à Cooperativa dos Produtores de Leite do Baixo Tietê. Sediada no município de Araçatuba, essa organização captava a produção nas propriedades dos cooperados em toda a região e a negociava tanto via contratos quanto no mercado *spot*²³ em volumes vantajosos propiciadores de melhores preços ao produtor.

No decorrer dessa primeira década dos anos 2000, os maiores direcionamentos do leite retirado pelos produtores regionais do circuito dominante complementar encaminharam-se para laticínios regionais relativamente capitalizados do Centro-Sul. Fabricantes de produtos derivados com agregação de valor (como leite longa vida, iogurtes, queijos, requeijão, dentre outros) (Figura 3), essas agroindústrias comercializam suas mercadorias em várias regiões do Brasil. Destacaram-se nos levantamentos feitos na região de Araçatuba as captações nesse estrato da atividade leiteira realizadas pelos laticínios Bel S.A., Campezina, Promilat, Matilat, Líder e Jussara (Tabela 2).



Fonte: Obtido em pesquisa de campo no Laticínio Campezina (2014).

Figura 3. Portfólio de produtos Campezina: leite UHT (integral e desnatado em caixas Tetra Pak), queijos (minas, muçarela, parmesão e outros), requeijões e ricotas.

Com exceção do laticínio regional Campezina (que localizado no município de Penápolis, capta parte de sua demanda diretamente com os produtores na região)²⁴, os outros laticínios supracitados (segundo o mesmo formato já relatado para o grupo Argenzio) possuem centros de coleta e resfriamento estrategicamente localizados em pontos do *território usado* regional (onde estocam e posteriormente deslocam o leite para suas usinas de beneficiamento). Exemplificando, apresenta-se o caso do laticínio Jussara: localizado a 370 quilômetros do entorno de Auriflama, num processo *verticalizado de solidariedade organizacional*, a agroindústria recolhe uma grande quantidade de matéria-prima no entorno desse município da região de Araçatuba, a direciona para resfriamento em tanques instalados na cidade vizinha de Guzolândia e somente num momento posterior a encaminha para beneficiamento no laticínio localizado em Patrocínio Paulista, na Região de Franca.

Tabela 2. Região de Araçatuba/SP - Marcas captadoras do leite coletado no circuito dominante complementar e locais de beneficiamento (2013).

Marca	Agroindústria	Local de Beneficiamento
Hércules	Bel S.A.	Herculândia - SP ²⁵
Promilat	Laticínio Promilat	Promissão – SP ²⁶
Matilat	Laticínio Matinal	Catanduva - SP ²⁷
Vigor	Vigor Alimentos	Votuporanga ²⁶
Jussara	Laticínio Jussara	Patrocínio Paulista - SP ²⁸
Líder	Líder Alimentos	Presidente Prudente - SP
Tânia	Laticínio Tânia	Guaraçaí – SP ²⁸
Campezina	Laticínio Campezina	Penápolis - SP ²⁹
Balks	Balks Queijos Finos	Santo Antônio do Aracanguá -SP ²⁸

Fonte: Pesquisas de campo (2013-2014).

Demonstrando a *multiterritorialidade* dos fluxos presente em diferentes *circuitos espaciais* da produção de alimentos, uma parte menor do leite retirado pelos produtores do circuito dominante complementar na região é também direcionada para os modernos laticínios Nestlé e Argenzio (pertencentes ao circuito dominante da produção agroindustrial leiteira). Conforma-se, assim, uma conexão produção – beneficiamento na qual modernas agroindústrias realizam a compra de uma parte da matéria-prima ofertada por produções agropecuárias provenientes de sistemas produtivos menos modernos. Na busca de se atingir uma escala regular de captação durante o ano e não manter ociosa parte de sua capacidade instalada (principalmente na entressafra), grupos como a Nestlé e a Argenzio realizam a compra de leite na região de Araçatuba de produtores menos tecnificados, como aqueles usuários de ordenhas mecânicas não computadorizadas e proprietários de animais mistos melhorados. Nessa diferenciação, produtos de pior qualidade não são bonificados com os melhores preços pagos por essas grandes empresas. Da mesma forma, reforçando essa *coexistência* complexa dos *sistemas de objetos e ações* na *horizontalidade do espaço banal*, registraram-se observações nas quais foi presenciada a coleta de leite de produtores que realizam a ordenha em moldes bastante rudimentares (pertencentes ao circuito subalterno da atividade pecuária na região de Araçatuba) feita por laticínios de médio porte (do circuito dominante complementar) localizados no Centro-Sul do país. Ou seja, uma parte do leite captado por esses laticínios advém de atividades de ordenhas manuais, de animais mistos de baixa linhagem genética e de produtores pouco capitalizados do circuito subalterno da economia agropecuária. Sendo assim, marcas consolidadas instaladas na região de Araçatuba (como a Campezina³⁰, o Balkis³¹ e a Tânia³²), na necessidade de atingirem escalas ótimas de produção no uso de suas capacidades instaladas, incluem em suas atividades de beneficiamento matérias-primas oriundas de pequenos *retireiros de leite*³³ de diferentes localidades da região.

São movimentos que reforçam a necessidade de se atentar para a existência de dois subsistemas de capital na atividade produtiva leiteira, com o capital agropecuário, de um lado, representado pelos produtores rurais, e o capital agroindustrial, de outro, representado pelos laticínios. Assim, deve-se partir dessa compreensão diferenciada entre *circuito espacial* da produção agropecuária (que

acontece no campo) e *círculo espacial* da produção agroindustrial (que para o caso do leite ocorre nos laticínios), para se entender as interações entre essas etapas da atividade produtiva do setor (Figura 4).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 4. *Circuitos espaciais* da pecuária bovina leiteira.

Com isso, enfatiza-se novamente que uma cultura agropecuária espacializa-se no território em diferentes circuitos, que ora hegemonicos (com atuações oligopólicas), ora em cooperação (em mercados mais abertos como o do leite), realizam conexões entre si com variados níveis de exigências relacionadas aos patamares tecnológicos, de capitalização e organizacional. À vista disso, quando oportuno, modernas agroindústrias captam matérias-primas de produções rurais rudimentares.

O CIRCUITO SUPERIOR MARGINAL DA AVICULTURA DE POSTURA

Fazendo uso de algumas inovações características do período atual - como linhagens melhoradas de aves de postura e salas de ovos computadorizadas (para limpeza, classificação e seleção) -, algumas granjas de porte mediano estabelecidas em municípios da região de Araçatuba possuem estruturas de produção e organizacional que as posicionam como ofertantes de quantidades significativas de ovos para o mercado nacional. Equipadas para manterem ciclos volumosos de produção, essas agroindústrias dominam com a precisão necessária as fases de cria (através de seus “pinteiros” climatizados para a idade de 01 a 30 dias) e recria (em galpões apropriados para a idade de 31 a 120 dias).

Ao serem pouco automatizadas e terem estruturas não sequenciais entre as etapas do processo de produção, essas empresas são intensivas em mão de obra. Sendo assim, coleta manual, deslocamento

do produto do galpão de postura à sala de ovos e seu manuseio nas máquinas de limpeza, classificação e seleção colocam a folha de pagamento com trabalhadores como um item de peso no custeio total.

Representantes desse formato de agroindústria de ovos na região pesquisada (característico do circuito dominante complementar) foram identificados alguns estabelecimentos como as granjas Estrela e Takano (de Pereira Barreto), Yamamoto (de Araçatuba) e as granjas pertencentes ao grupo Wakamoto (em Mirandópolis e Pereira Barreto) (Figura 5).



Fonte: Fotografia do autor (2014).

Figura 5. Reposição de aves em galpão de postura na granja Estrela, Pereira Barreto/SP.

Financiadas em suas instalações por investimentos do Crédito Agropecuário oficial disponível no sistema financeiro pelo governo federal, essas granjas possuem como principal característica suas integrações com o capital comercial do *círculo espacial* atacadista presente no setor. Demandantes de volumes expressivos a serem direcionados ao mercado consumidor das regiões mais populosas do Centro-Sul brasileiro (como as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e suas proximidades), empresas atacadistas capitalizadas realizam a compra antecipada da quase totalidade da produção dessas granjas localizadas na região de Araçatuba. São economias de escala que possibilitam rentabilidades relativas bem maiores que as eventuais vendas parceladas executadas para diferentes atores descentralizados no espaço geográfico regional. Sendo assim, são minimizados os custos realizados com logística de entrega e transação³⁴.

Nesse perfil de estabelecimento agroindustrial, somente a granja Takano (de Pereira Barreto) possuía, quando da realização da pesquisa de campo, um fluxo permanente de entrega na *horizontalidade* contígua da região (de 25% de sua produção) para algumas lojas da *rede* de supermercados Proença (em Auriflama, Ilha Solteira e Pereira Barreto)³⁵. Contudo, como as outras granjas do circuito dominante complementar presentes no *território usado* regional, o predominante

da produção da granja Takano (75%) se desloca para as demandas apresentadas pelos parceiros atacadistas das regiões metropolitanas do Centro-Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade concreta dos fluxos agropecuários em movimento no território se apresenta enquanto paisagens majoritariamente complexas, confusas e desordenadas. Visualizamos no cotidiano etapas de processos econômicos. Cabe assim ao olhar científico desvendar metodologicamente as características desses fluxos frente à totalidade desses processos.

Perante a dificuldade de categorizar as dinâmicas socioterritoriais vigentes nas regiões agropecuárias em pesquisa, muitos estudos optam por análises meramente descritivas das ocupações hegemônicas, sem, contudo, reduzir a qualidade do produto final de suas investigações. Verifica-se, dessa forma, a quantidade de ótimos estudos que descrevem o funcionamento dos circuitos superiores da cana-de-açúcar e da soja.

No que se refere aos estudos das culturas alimentares que abastecem o mercado interno, a Geografia Agrária brasileira foca a quase totalidade dos seus esforços na compreensão das lógicas internas da produção e reprodução do agricultor familiar camponês. Ficam secundárias e muitas vezes ausentes constructos teóricos que possibilitem analisar as etapas de distribuição, abastecimento e comercialização.

A leitura dessa realidade a partir da teoria dos circuitos econômicos construída por Milton Santos permite categorizar a complexidade das diferentes etapas das atividades de uma cultura alimentar, de sua produção ao consumo. Cada etapa pode ser analisada a partir de suas peculiaridades constitutivas aos níveis de tecnificação, capitalização e organizacional. Dessa análise se torna possível diagnosticar conflitos sociais, ambientais, jurídicos, dentre outros.

NOTAS

2 Além das *commodities*, investimentos volumosos em modernização têm sido direcionados a outras culturas alimentares para as padronizarem segundo moldes de consumo internacional. O estudo de Ramos (2001) sobre a fruticultura no Vale do Rio São Francisco (no Nordeste brasileiro) dá bons exemplos dessa produção padronizada à exportação.

3 Para Santos, M. e Silveira, M. L. (2001), as *solidariedades organizacionais* são fundadas e presididas nos lugares segundo os interesses mercantis de alguns grupos empresariais fde capitais externos. Constituem a partir de suas lógicas “... racionalidades que não interessa à maior parte das empresas nem da população” (Santos, M.; Silveira, M. L., 2001, p. 307).

4 Segundo Santos, M. e Silveira, M. L. (2001), as *solidariedades orgânicas*, enquanto *círculos de cooperação* oriundos da própria contiguidade “[...] resultam de uma interdependência entre ações e atores que emana da sua existência no lugar. Na realidade, ela é fruto do próprio dinamismo de atividades cuja definição se deve ao próprio lugar enquanto *território usado*. É em função dessa *solidariedade orgânica* que as *situações conhecem* uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum” (Santos, M.; Silveira, M. L., 2001, p. 306-307).

5 As heranças das divisões do trabalho passadas convivem numa combinação com as formas inovativas do presente que define a *coexistência* (David, 2010). Segundo Suertegaray (2001), “Neste contexto,

o espaço geográfico é a *coexistência* das formas herdadas (de outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a *coexistência* do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente” (Suertegaray, 2001, p. 04-05).

6 Para Santos (1993, 1994b) existem, fruto da diferenciação na formação socioespacial do território brasileiro, um Brasil Urbano (que inclui áreas agrícolas) e um *Brasil Agrícola* (que inclui áreas urbanas) (Elias, 1996). No primeiro caso, naquilo também definido como região urbana, têm-se áreas onde diversas cidades interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infraestruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada que outras áreas. Essa realidade é característica das regiões metropolitanas. No segundo caso, denominado igualmente de região agrícola, as cidades existentes interagem predominantemente com as atividades agropecuárias circundantes e delas dependem. Assim, nas regiões agrícolas, costuma-se identificar um sistema urbano onde numa hierarquia de cidades, um polo (uma cidade intermediária) centraliza parte dos serviços de intermediação da produção moderna e seus mercados distantes. Contudo, muitos destes serviços acontecidos nas regiões perpassam os ditames destas cidades intermediárias e são gerenciados diretamente pelos altos escalões da hierarquia globalizada (Santos, 1988).

7 É importante dimensionar que há culturas produzidas no território nacional segundo padrões e modelos técnicos modernos do mundo globalizado que abastecem predominantemente *redes* de varejo no mercado interno. São produtos e marcas que atingem filões de demandas elitizadas de consumo. Nesses casos pode-se incluir uma gama enorme de produtos *in natura* e processados.

8 Adotado da Botânica nos casos de plantas que não possuem centralidades estáticas por raízes, constituídas assim por ramificações horizontais incertas, o termo *rizoma* foi adotado por Deleuze e Guatarri para demonstrar como a totalidade do mundo real na maioria das vezes não cabe nas dicotomias simples criadas pelo mundo acadêmico (Deleuze; Guararri, 1980, 1995). Assim, mais importante que tentar compreender a totalidade a partir de pontos nós aglutinadores de poder e hegemônicos, deve-se buscar o movimento da *multiplicidade*, as *ramificações rizomáticas* na *horizontalidade do espaço banal*.

9 Segundo Fábio Contel (2006), “A *compartimentação* do território pode ser considerada como o resultado do próprio processo de formação espontânea das regiões. Faz-se necessário diferenciar a *compartimentação* do espaço, do atual processo de *fragmentação*, típico do processo de globalização. A *fragmentação* pode ser entendida como uma cisão intencional do uso do espaço, provocada pelas vicissitudes das firmas privadas, e de seu comportamento corporativo” (Contel, 2006, p. 35).

10 Por entender que o urbano passa a controlar todos os nexos e fluxos econômicos das atividades produtivas (mesmo que elas estejam no campo) a partir da urbanização acelerada do século XX, Milton Santos classifica os circuitos econômicos (seja ele originário das cidades ou não) como circuitos da economia urbana. Consolidada por demandas de consumo da sociedade urbanizada e submetida aos ditames procedentes deste mesmo espaço, as produções agropecuárias devem ser compreendidas, segundo o autor, pela indivisibilidade manifesta no comando técnico exercido sobre elas pelos atores urbanos (Santos, M., 2000). Respeitando essas considerações, ao enfatizar a presença dessas produções na configuração diferenciada de *circuitos espaciais* nas distintas etapas percorridas pelos alimentos (produção agropecuária, beneficiamento agroindustrial, circulação/distribuição atacadista e comercialização no varejo), aplicam-se nesta pesquisa as definições de circuito dominante (superior), circuito dominante complementar (superior marginal) e circuito subalterno (inferior) da economia

agropecuária. Subentende-se também que ao delimitar seu estudo e definição dos *circuitos espaciais* manifestados no urbano, Milton Santos não se comprometeu em analisar os produtos alimentícios nas etapas iniciais referentes aos circuitos espaciais de produção agropecuária. Todavia, analisando os relatos presentes no livro “O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos”, ao apresentar o circuito superior como aquele responsável pelo abastecimento prioritário de demandas externas, composto por empresas modernas principalmente de exportação, enfatiza também números referentes aos produtos alimentares beneficiados em agroindústrias que atendem ao mercado global (Santos, M., 1979, 2002b, p. 95-98). Reforça-se em seu estudo a localização urbana (principalmente do comando técnico dessa produção agroindustrial) para incluí-la no circuito superior da economia urbana. Já quando o autor exemplifica o circuito inferior nos circuitos espaciais de alguns alimentos, somente cita pequenos processamentos e a comercialização nos espaços urbanos. Mesmo com a observação de que “[...] É ao circuito inferior que cabe a tarefa de manter relações constantes com o campo” (Santos, M., 1979, 2002b, p. 361), Milton Santos não realiza nenhuma análise sobre os formatos dessa produção alimentar captada pelo circuito inferior urbano. Restringe-se às conexões realizadas pelo atacado na circulação e distribuição dessas mercadorias do campo. Teorizado em três páginas (Santos, M., 1979, 2002b, p. 103-106) e pouco exemplificado no corpo do trabalho, para o circuito superior marginal não se faz nenhuma referência aos produtos alimentares. Em seus esforços mais direcionados para a alimentação e as políticas regionais de segurança alimentar, nos artigos “La alimentation des populations urbaines des pays sous-développés” (Santos, M., 1967) e “Alimentation urbaine et planification régionale em pays sous-développé” (Santos, M., 1969), Milton Santos não apresentou em seu raciocínio uma orientação definidora da diferenciação dos circuitos da economia.

11 Vê-se casos de *círculos de cooperação* em culturas agrícolas nas quais os produtores rurais são aliciados por grandes atacadistas que, ao oferecerem melhores cotações, captam a maioria da produção e a direciona para mercados distantes, deixando deficitária a oferta ao mercado regional. O quiabo produzido em Piacatu e entorno (na região de Araçatuba) e enviado em quase sua totalidade à CEAGESP de São Paulo antes de seu direcionamento para o varejo regional é o exemplo mais contundente que se apresentará adiante nesse estudo.

12 Daí as adjetivações dadas aos lugares e regiões para interpretar essa realidade irem dos termos mais popularizados como “a terra do boi gordo” e “o circuito das frutas” até conceitos bastantes em voga no meio acadêmico como os “Arranjos Produtivos Locais (APL)” (Costa, E., 2010) e o “cinturão citrícola” (Paulillo, 2000).

13 Numa mesma área chega-se às vezes a plantar e colher em um ano agrícola três culturas temporárias de ciclos curtos. Exemplo disso são os casos de produtores que plantam soja no final de um ano para colhê-la em fevereiro do próximo. Em seguida entram com a semente de milho (safrinha), que em junho está pronto pra colheita. Até setembro existe ainda a possibilidade do plantio e a colheita de algumas variedades de leguminosas. Posteriormente a isso, na primavera, inicia-se um novo ciclo com o plantio da soja.

14 Em nossas pesquisas de campo realizadas nos municípios da região de Araçatuba, identificou-se que uma parte dos produtores agropecuários acionou para aquisição de maquinários, financiamentos e créditos de programas oficiais públicos como o Pró-Trator (ligado ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP, do governo estadual) e o FINAME, o “Mais Alimentos” e o Pronaf do governo federal.

15 Muitas dessas Associações e Cooperativas possuem patrulha agrícola que disponibilizam o aluguel de maquinários e implementos para os produtores integrantes de seus quadros. A compra de insumos

em grandes escalas também possibilita uma extraordinária redução dos custos de produção para aqueles que aderem ao associativismo/cooperativismo.

16 Principalmente quando instalada em lotes de canaviais em fins de ciclo produtivo, esses produtores arrendam informalmente das usinas para a instalação de uma cultura temporária (na maioria dos casos se usa ou amendoim ou soja). Terminada a colheita desses produtos, a usina ou entrega a terra ao proprietário ou renova seu contrato de arrendamento.

17 Com a cana-de-açúcar, esses trabalhadores, mesmo diante de uma realidade de trabalhos árduos, tinham uma maior visibilidade perante a sociedade e obtiveram no decorrer das últimas décadas conquistas sindicais importantes. Ou seja, quando na cana esses trabalhadores viviam uma perspectiva de luta por melhores salários. Hoje, a luta é por trabalho.

18 Observou-se em pesquisa bibliográfica a quase inexistência de estudos referentes aos trabalhadores dessas culturas temporárias. De maior vigor foi encontrado somente o trabalho “Análise Coletiva do Trabalho Executado no Cultivo do Abacaxi no Município de Guaraçaí – São Paulo” da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro). Trabalho de campo no mesmo município junto a Associação dos Produtores de Abacaxi do Município de Guaraçaí confirmou a manutenção da existência de Termo de Ajustamento de Conduta entre os produtores e o sindicato no intuito de adequação das condições de trabalho com a legislação vigente.

19 No que se refere ao quiabo, um grande atacadista do município de Piacatu (maior produtor do estado de São Paulo), representando permissionários da CEAGESP paulistana, coloca-se na condição de comprar praticamente a totalidade da produção regional. Resta ao atacadista regional, de menor porte, permissionário da CEAGESP de Araçatuba, recorrer ao mercado metropolitano para acessar a quantidade requerida para abastecer as cidades da região com o produto. Sendo assim, apenas uma pequena quantidade de quiabo cultivado na região é vendida diretamente para os atacadistas de Araçatuba.

20 Ao se localizarem predominantemente no tecido urbano das cidades, as agroindústrias no *Brasil Agrícola* reduzem custos em muitos quesitos como a) na isenção de impostos recebida ao aceitar se instalarem nos distritos industriais municipais; b) na locomoção dos trabalhadores no recorrido entre a casa e a empresa, dentre outros. Na região de Araçatuba, exceto as usinas de açúcar e álcool que dão preferência em se posicionar estrategicamente às margens dos grandes cursos d’água, a maioria das agroindústrias (que são poucas) está localizada no espaço urbano ou em sua contiguidade imediata, o que nos impede nesses casos de restringir a definição dessa etapa enquanto um circuito estritamente agrícola. Destaca-se, contudo, a importância de se compreender e distinguir a existência de circuitos espaciais de produção originários da atividade agropecuária no meio rural. E quando os adjetivar, não limitar sua atuação estritamente à economia urbana.

21 Informação obtida nas pesquisas de campo realizadas junto aos frigoríficos e agentes de desenvolvimento local (técnicos das Casas de Agricultura, corretores de gado e pecuaristas).

22 Informação obtida nas pesquisas de campo realizadas junto aos frigoríficos e agentes de desenvolvimento local (técnicos das Casas de Agricultura, corretores de gado e pecuaristas).

23 No mercado spot as mercadorias são vendidas no momento, à vista (livremente), para o comprador que fornece o melhor preço.

24 Representando a esquizofrenia dos fluxos do livre mercado capitalista, para atingir suas escalas de beneficiamento, o laticínio Campezina, ao não conseguir competir com os preços ofertados regionalmente pelas agroindústrias concorrentes, tem comprado parte do leite utilizado em seu processamento no mercado spot, num raio que atinge os estados de Minas Gerais e Paraná.

25 Município localizado na Região Administrativa de Marília, em contiguidade à região de Araçatuba.

26 Município localizado na Região Administrativa de Bauru, em contiguidade à região de Araçatuba.

27 Município localizado na Região Administrativa de São José do Rio Preto, em contiguidade à região de Araçatuba.

28 Município localizado na Região Administrativa de Franca.

29 Município localizado na Região Administrativa de Araçatuba.

30 Diante da concorrência entre os laticínios para a obtenção de suas matérias-primas de beneficiamento, em pesquisa de campo realizada em maio de 2012 no município de Rancharia (SP) pelo projeto “Os circuitos da economia agropecuária na região Alta Sorocabana: prospecção de demandas e oportunidades nos assentamentos de reforma agrária” cadastrado no Sistema de Informações Gerenciais da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (SIGA/APTA), obteve-se o relato de que parte significativa do leite ordenhado pelos trabalhadores do Assentamento São Pedro era captada pelo laticínio Campezina, num percurso de aproximadamente 150 quilômetros entre a produção e o beneficiamento feito no município de Penápolis, na região de Araçatuba (Bini; Bernardino Da Silva, 2012b).

31 Surgido no início dos anos 1990, o laticínio Balkis, de Santo Antônio do Aracanguá, foi adquirido em agosto de 2013 pelo grupo multinacional francês Lactalis. Segundo conversa informal com especialistas de mercado (como alguns pesquisadores da UNESP de Araçatuba entrevistados nessa pesquisa), tem-se a perspectiva de aumento das exigências de qualidade do leite comprado pelo grupo nos próximos anos.

32 O laticínio Tânia funciona no município de Guaraçáí desde 1950 produzindo provolone e parmesão. Durante o passar dos anos incluiu a ricota defumada, a muçarela e a manteiga em seu portfólio. Mantendo a maioria do processo agroindustrial executado por técnicas tradicionais introduzidas desde a fundação da empresa, possui somente algumas máquinas modernas como a trifiladeira computadorizada (para a etapa de filagem e modelagem do provolone) e um pasteurizador novo (para seguir as normativas impostas pelo Ministério da Agricultura).

33 Denominação popular dada aos trabalhadores que realizam a ordenha manual de leite.

34 O excedente ao contratado entre as partes encontra facilmente fluxo de comercialização junto a marreteiros, feirantes e pequenos mercados, que alerta a preços promocionais, sempre procuram essas granjas para consultas sobre a disponibilidade de negociação.

35 Localizada muito perto da área urbana do município, foi observada a venda direta de ovos e aves de descarte feita pela granja Takano aos municípios moradores do entorno. Segundo agentes de desenvolvimento locais de Pereira Barreto (técnicos da Casa da Agricultura do município), mesmo sendo ilegal, essa comercialização direta no circuito inferior da economia é tolerada pelos órgãos de fiscalização e representaria uma fatia também considerável da rentabilidade do empreendimento.

REFERÊNCIAS

CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: Uma Reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**. vol. 22, n. 03. pp. 461-474, Uberlândia, 2010.

CONTEL, F. B. **Território e Finanças:** técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese de Doutorado em Geografia Humana. FFLCH. USP. São Paulo, 2006.

- COUTO, E. As Normas e o Mercado da Horticultura: A Inserção dos Agricultores de Ibiúna (SP) nos Circuitos Socioespaciais. **Revista Agrária**. n. 05. pp. 40-64, São Paulo, 2006.
- DAVID, V. C. **Território Usado e Circuito Superior Marginal:** equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP). Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. FFLCH. USP. São Paulo, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980). **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia.** vol. 1 Editora 34, Rio de Janeiro, 1995.
- DI NUCCI, J. Circuitos de la Economía Urbana de Bebidas Gaseosas y Aguas Saborizadas: Consumo, Discursos Light y Publicidad en Argentina. **Cuadernos de Geografía.** Revista Colombiana de Geografía. vol. 20, n. 1, pp. 103-119, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2011.
- GOLDFARB, Y. **A Luta pela Terra entre o Campo e a Cidade:** as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. FFLCH. USP. São Paulo, 2007.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, v. 25, n. 1, pp. 299-322, Porto Alegre, 2004.
- MARQUES, M. I. M. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (orgs.) **O Campo no Século XXI:** Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. Editoras Casa Amarela e Paz e Terra. pp. 145-158, São Paulo, 2004.
- MONTAGUT, X. Para Controlar Nuestra Alimentación, Otro Comercio es Necesario. In: MONTAGUT, X.; VIVAS, E. **Del Campo al Plato:** Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.). Icaria:Antrazyt. pp. 131-175. Barcelona, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** Contexto. São Paulo, 1996.
- PAULILLO, L. F. **Redes de Poder e Territórios Produtivos.** Rima:Editora UFSCar. São Carlos, 2000.
- PAULINO, E. T. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista NERA**, Ano 9. n. 08. Presidente Prudente, 2006.
- PINATTI, E.; BINI, D. L. C. Carne Bovina: comportamento dos preços em 2010. **Análises e Indicadores do Agronegócio.** v. 06 n.3. IEA. São Paulo, 2011.
- RAMOS, S. F. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas:** a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA). Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 2001.
- RICARDO, C. Z.; CLARO, R. M. Custo da alimentação e densidade energética da dieta no Brasil, 2008-2009. **Caderno Saúde Pública.** v. 28. n. 12. Rio de Janeiro, 2012.
- SANTOS, M. L'alimentation des populations urbaines des pays sous-développés. **Tiers-Monde.** tome 8 n. 31. pp. 605-629. Paris, 1967.
- SANTOS, M. Alimentation urbaine et planification régionale en pays sous-développé. **Tiers-Monde.** tome 10 n. 37. pp. 95-114. Paris, 1969.
- SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova.** Hucitec. São Paulo, 1978.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade:** ensaios. Ed. Petrópolis/Vozes. Rio de Janeiro, 1982.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** Hucitec. São Paulo, 1988.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. Hucitec. São Paulo, 1994.
- SANTOS, M (1993). **A Urbanização Brasileira.** Hucitec. 2^a ed. São Paulo, 1994b.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização.** Record. São Paulo, 2000.

- SANTOS, M. (1996) **Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. EDUSP. São Paulo, 2002.
- SANTOS, M. (1979) **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. EDUSP. São Paulo, 2002b.
- SANTOS, M. (1979b) **Economia Espacial:** Críticas e Alternativas. EDUSP. São Paulo, 2003.
- SANTOS, M. (1996b) **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: EDUSP. São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. et. al. O Papel Ativo da Geografia: Um Manifesto. **Revista Território.** Ano V, n. 09, pp. 103-109. Rio de Janeiro, 2000.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e Sociedade no Início do Século XXI. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.
- SILVEIRA, M. L. Confines de la racionalidad: el espacio geográfico Contemporáneo. In: DELGADO M.; CRISTANCHO, H. (organizadores), **Globalización y territorio:** reflexiones geográficas en América Latina, p. 31-51. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2009.
- SILVEIRA, M. L. Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade. **Ciência Geográfica.** Vol. XV (1). pp. 04-12. Bauru, 2011.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo.** Scripta Nova. Barcelona, 2001.

